


CIRANDAS FORMATIVAS PARA O APRIMORAMENTO DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO: É HORA DE SAIR DO CASULO

FORMATIVE CIRANDAS FOR THE IMPROVEMENT OF SOLIDARY ECONOMIC ENTREPRENEURSHIP: IT'S TIME TO LEAVE THE CASULO

Alysson André Régis Oliveira^I 

Allisson Silva dos Santos^{II} 

Aline Araújo Feitosa de Oliveira^{III} 

Geizyellen Oliveira Domingos^{IV} 

^I Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, IFPB, João Pessoa, PB, Brasil. Doutor em Ciências da Educação. Docente do PPG em Educação Profissional e Tecnológica. E-mail: alysson.oliveira@ifpb.edu.br

^{II} Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, IFPB, João Pessoa, PB, Brasil. Mestrando em Administração. E-mail: allissonst@hotmail.com

^{III} Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, IFPB, João Pessoa, PB, Brasil. Acadêmica do Curso de Administração. E-mail: alinesantana15@gmail.com

^{IV} Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, IFPB, João Pessoa, PB, Brasil. Acadêmica do Curso de Administração. E-mail: ellenoliveira928@gmail.com

Resumo: Incubação deve ser entendida como um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de Empreendimentos Econômicos Solidários. Assim, o objetivo central deste projeto foi promover a consolidação de um empreendimento econômico solidário formado por habitantes do bairro Ilha do Bispo, na cidade de João Pessoa, Paraíba, por meio de atividade de extensão (prestação de serviços) baseada em uma formação econômica, política e cultural com o uso da metodologia de incubação. Metodologicamente, o presente trabalho possui caráter descritivo de natureza exploratória no que diz respeito à descrição das práticas do projeto de extensão e se constituiu em três etapas: a) pré-incubação – fase de conhecimento do grupo e construção; b) incubação – traduz-se como produto de síntese das abstrações levantadas na pré-incubação; c) desincubação – configura-se num movimento de constatação de que o empreendimento está sedimentado e com condições de independência suficiente de vida própria. De forma particular, a prática extensionista pautada neste estudo contribuiu na elaboração de projetos para apoiar as iniciativas que promovam a geração de renda e a manutenção de postos de trabalho que gerem políticas públicas em economia solidária. Face ao exposto, é possível concluir que, a partir desta prática extensionista, foi implantada a iniciativa de incubação de empreendimentos solidários, pretendendo acompanhar sistematicamente todo o processo de desenvolvimento do empreendimento estudado.

Palavras-chave: Economia Solidária. Empreendimentos Econômicos Solidários. Processo de Incubação. Prática Extensionista.

DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v18i37.630>

Submissão: 13-08-2021

Aceite: 24-02-2022

Abstract: Incubation must be understood as a practical educational process of organization and systemic monitoring of groups of people interested in the formation of Solidarity Economic Enterprises. Thus, the main objective of this project was to promote



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

the consolidation of a solidary economic enterprise formed by inhabitants of the Ilha do Bispo neighborhood, in the city of João Pessoa - PB, through an extension activity (service provision) based on an economic formation, political and cultural through the use of the incubation methodology. Methodologically, this work has a descriptive character of exploratory nature with regard to the description of the practices of the extension project and consisted of three stages: a) pre-incubation - phase of knowledge of the group and construction; b) incubation - translates as a synthesis product of the abstractions raised in the pre-incubation; and c) disincubation - it is configured in a movement of confirmation that the enterprise is sedimented and with conditions of sufficient independence of its own life. In particular, the extensionist practice guided in this study contributed to the development of projects to support initiatives that promote the generation of income and the maintenance of jobs, which generate public policies in solidarity economy. In view of the above, it is possible to conclude that, from this extensionist practice, an initiative of incubation of solidary enterprises was implemented, which intended to systematically monitor the entire development process of the studied enterprise.

Keywords: Solidarity economy. Solidarity Economic Enterprises. Incubation Process. Extensionist Practice.

Introdução

O homem, em suas características essencialmente social, política e racional, aprende nas trocas interpessoais e é capaz de operar em grupos, criando estratégias para alcançar os objetivos individuais e coletivos pretendidos, sejam eles de ordem material ou ideológica. A capacidade de se agrupar é a condição de luta pela sobrevivência que, desde os primórdios da civilização, acompanha a evolução humana, dando origem às relações cada vez mais complexas de caráter amistoso ou conflituoso, o que gera conhecimentos de diferentes dimensões e natureza (MORIN, 1999).

No contexto atual, mecanismos e sistemas são utilizados mundialmente para estimular a criação de novos negócios, respaldados pelo conhecimento científico e prático gerado em ambientes da sociedade. Um dos mecanismos difundidos por universidades é o processo de incubação, que fomenta o crescimento organizacional, a geração de trabalho e o favorecimento da economia local como um todo (TRIVINO; CASTILLO; IBARRA, 2015).

As incubadoras têm desempenhado uma função socioeconômica significativa para a economia à qual pertencem, pois reúnem apoio administrativo, financeiro, educacional e estrutural em apenas um local. Dessa forma, os empreendedores realizam suas atividades com o auxílio estratégico necessário para o bom desenvolvimento de um negócio (ANDRADE *et al.*, 2016).

Ao considerar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil, percebe-se um crescimento do movimento da Economia Solidária (ES) decorrente de fatores variados,

dentre os quais, vale destacar: a resistência de trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e desocupação rural, resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista. Com a articulação de diversos atores, a ES manifesta-se na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas à reprodução da vida e aponta alternativas estruturais de organização da economia, baseadas em valores como a ética, a equidade e a solidariedade, e não mais no lucro e no acúmulo indiscriminado.

A conjuntura considerada para este trabalho é a existência de famílias que vivem em estado de extrema pobreza, debaixo de lonas e sem acesso às condições básicas para sobrevivência. De forma específica, a crescente realidade de indivíduos responsáveis por suas famílias que se encontram em situação de extrema pobreza e de violência, no bairro Ilha do Bispo, em João Pessoa, Paraíba. Diante das dificuldades vivenciadas por esses indivíduos e das oportunidades que surgem por meio da ES e da incubação, surge uma problemática: promover ações extensionistas com o uso da metodologia da incubação, baseadas em uma formação econômica, política e cultural pode apoiar a consolidação de um empreendimento econômico solidário? A partir disso, o objetivo deste trabalho é promover a consolidação de um empreendimento econômico solidário formado por habitantes do bairro Ilha do Bispo, na cidade de João Pessoa, Paraíba, por meio de atividade de extensão (prestação de serviços) baseada em uma formação econômica, política e cultural com o uso da metodologia de incubação.

A justificativa para a realização deste trabalho está diretamente relacionada à representatividade que os EES vêm tendo em sociedade e pelas características específicas no entendimento do mundo do trabalho, sendo necessário que a prestação de serviços para a autogestão coletiva seja desencadeada como conceito e como prática em toda a rede de educação brasileira. O aumento do número dos EES no cenário nacional justifica a necessidade de apoio (atividade de extensão – prestação de serviços) ao desenvolvimento dos territórios e grupos de produção locais. Além disso, foi percebida, junto à comunidade, a necessidade de incubar um empreendimento econômico solidário na tentativa de prevenir a violência local e incentivar a geração de trabalho e renda por meio do envolvimento coletivo.

O trabalho ora apresentado é um dos produtos atuantes do Núcleo de Estudos de Gestão e Negócios (NEGN), núcleo de extensão vinculado ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB), *Campus* João Pessoa. Este estudo gerou mais proximidade com a comunidade (relação dialógica e transformadora entre o IFPB e a sociedade), por meio das práticas extensionistas e de pesquisa, oferecendo serviços comunitários aos atores sociais presentes nos territórios nos quais o *campus* João Pessoa vem atuando com sua política de extensão.

O giro de ações no processo de incubação tem o intuito de proporcionar o benefício a toda a comunidade local, por meio da qualificação técnica das organizações sociais (formais e informais) envolvidas nos territórios e na formação da comunidade, mediante o desenvolvimento metodológico deste trabalho. Desta maneira, há a continuidade e o fortalecimento das ações desenvolvidas pelo NEGN.

O presente estudo trata de uma prática extensionista de incubação explanada em cinco seções, sendo a primeira introdutória. A segunda seção aborda teoricamente os fundamentos

da economia solidária, dos EES, bem como do processo de incubação. A terceira trata dos procedimentos metodológicos. A quarta divulga os resultados obtidos, e a quinta seção relata as considerações finais, que evidenciam as implicações da prática extensionista realizada.

Referencial teórico

Economia solidária

Em meados do século XV, emergiu um sistema econômico denominado capitalismo, que, por meio de suas práticas, aspira ao lucro, ao acúmulo de capital e a práticas de atividades privadas. Além disso, com o passar dos anos, esse sistema econômico se sobressai e se faz presente em milhares de países, inclusive no Brasil. A sua centralização de capital nas mãos de poucos e a demasiada visão de lucro impulsionou o surgimento de um novo modelo econômico, que, por sua vez, trouxe princípios distintos do sistema capitalista.

Nesse sentido, originou-se a Economia Solidária (ES), que, por sua vez, diferencia-se do modelo capitalista, pois não prioriza atividades de iniciativa privada e a obtenção de lucro. Em suma, é pertinente ressaltar que tal sistema viabiliza condutas de cunho solidário, que promovam a reciprocidade de atos de apoio e ajuda. No que lhe toca, esse sistema apresentou seus primeiros indícios em meados do século XX. Contudo, levaram-se alguns anos para que apresentassem os primeiros sinais em territórios brasileiros.

A expressão Economia Solidária ganhou espaço na sociedade brasileira a partir dos anos de 1990, gerando variadas modalidades de organizações, sendo essas unidades informais de geração de renda. Por meio das práticas desses grupos, promovia-se a sobrevivência digna das pessoas associadas às cooperativas e associações (VERONESE *et al.*, 2017). A ES gera a possibilidade de construir uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável, guiada pelos princípios de solidariedade, cooperação, democracia e equidade (LEE, 2019). Se trata de uma economia pautada na reciprocidade entre os indivíduos de uma comunidade, pelo qual compartilham de responsabilidades para a realização concreta das atividades de um negócio, como também, da complementaridade, considerando o conhecimento e a especialidade de quem executa o trabalho (BELL *et al.*, 2018).

Tendo isso em vista, um dos protagonistas para a disseminação dos conceitos e ideologias da Economia Solidária no Brasil foi difundido pelo autor Paul Singer, que, por meio de seus registros, na década de 1990, manifestou pensamentos e conceitos muito importantes sobre as práticas e verdadeiras finalidades da “economia popular”, termo muito utilizado na época. O autor, por sua parte, publicou livros sobre a introdução e práticas da Economia Solidária. Com isso, em reconhecimento de sua trajetória, Singer foi escolhido para comandar a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e desenvolveu ações que estariam ligadas ao Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2018).

A ES possui seus precedentes nos âmbitos sociais populares, sendo espaços de forte presença na sociedade brasileira. Com isso, surgiu uma nova forma de empreender e valorizar

os potenciais locais das comunidades em situação de vulnerabilidade social e econômica, sendo uma alternativa ao modelo capitalista. Nesse sentido, acrescenta-se que a economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas sociais, sendo elas organizadas sob a forma de cooperativas, associações e redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens ou troca de serviços, fazendo parte, dessa forma, de uma comunidade. Na maioria das vezes, as práticas se apresentam em espaços carentes de tecnologia e ausentes de suportes por parte do Estado.

As cooperativas são referências para a propagação de condutas e atividades direcionadas à Economia Solidária (ES). Os atos cooperativistas possuem estreita relação com ações que buscam praticar o bem comum. Dessa maneira, viabiliza-se a sobrevivência de uma grande parcela da população, que procura promover a profissionalização dos indivíduos envolvidos, a fim de gerar uma racionalidade voltada às questões de produtividade e eficiência (WEBERING *et al.*, 2019).

Um dos princípios da Economia Solidária (ES) é o da autogestão, que busca distribuir principalmente a autoridade, possibilitando uma maior participação dos integrantes envolvidos, promovendo uma maior autonomia e atuação. Dessa forma, explorando superar o modelo capitalista, a autogestão promove a ideia de não idealizar o lucro e os seus meios de exploração e dominação. Logo, a prática da autogestão deve se dar por meio de relações sociais coletivistas de produção, de forma que supere os ideais capitalistas (FARIA, 2017).

A autogestão, no sentido mais amplo, significa o exercício coletivo do poder. Surgiu como uma concepção de gestão social ou da visão da sociedade autogestionária presente em várias Teorias Socialistas. Vários pensadores estão ligados à autogestão, entre eles, Tiriba (2001) cita os principais: os socialistas utópicos Saint-Simon, Fourier e Owen, Buchez e os cooperativistas, Proudhon e os anarquistas e Karl Marx.

No cenário nacional, a nossa atual conjuntura aponta para uma série de dificuldades para a implantação de modelos mais democráticos de gestão. Tauile e Debaco (2007) indicam como as principais: o baixo grau de instrução formal dos trabalhadores; o caráter inovador desta forma de gestão; a fragmentação do conhecimento e o seu caráter tácito.

O Brasil é considerado um dos países que mais possui desigualdades no mundo. Com isso, percebe-se que, com a chegada da pandemia no país decorrente da COVID-19, milhares de famílias se encontram desamparadas, pois a taxa de desemprego disparou. Além do mais, parte dos trabalhos são informais para milhares de brasileiros. Diante disso, muitos indivíduos encontram-se em situação de vulnerabilidade econômica e sem condições dignas para seu sustento básico. É em situações como essas que as práticas de economia solidária ganham espaço, devido ao seu potencial expressivo, tornando-se um meio alternativo de geração de valor e solidariedade (SOUZA; JÚNIOR, 2020).

O papel que a Economia Solidária cumpre na sociedade é de fomentar a criação e a preservação do trabalho, de forma justa e decente, proporcionando segurança, qualidade de vida, integrando trabalhadores desfavorecidos e apoiando a entrada de mulheres no mundo do trabalho (BORZAGA; SALVATORI; BODINI, 2019). Dentro da ES, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são os principais condutores para promover, de maneira prática, a

consolidação de seus princípios, os quais podem surgir por meio das incubadoras. Desse modo, tais nomenclaturas serão explicadas e explanadas na próxima seção.

Empreendimentos Econômicos Solidários e Incubação

Os trabalhos e ações dos EES possuem um forte impacto com o compromisso social, pois o engajamento de suas atividades viabiliza apoiar programas voltados à comunidade, qualidade de vida, formação intelectual e meio ambiente. Os princípios disseminados por esses empreendimentos (equidade, colaboração, solidariedade e justiça) são os principais norteadores para o empenho e o envolvimento dos indivíduos. Além disso, os EES possuem engajamento por causas específicas, como o combate à pobreza, desigualdades de gênero, defesa de povos e comunidades tradicionais e o desenvolvimento local. Tais práticas desempenham forte impacto em sociedades carentes e vulneráveis, possibilitando, dessa forma, construir alternativas emancipatórias (GAIGER *et al.*, 2018).

O conceito de incubação de organizações se tornou destaque no meio acadêmico como uma forma de desenvolver empresas de pequeno porte. Muitos desafios são percorridos pelas incubadoras para que haja o crescimento e desenvolvimento do negócio (LOSE; YAKOBI; KWAHENE, 2020). O processo de incubação refere-se a práticas de atividades de cunho de Pesquisa e Extensão realizada por universidades, que, por meio da construção dos projetos, proporcionam uma relação de troca com comunidades que possuem características vulneráveis de natureza social e econômica, espaços nos quais, por meio dos EES, é possível fazer a construção da troca de saberes, além de possibilitar experiências por parte dos estudantes e professores incluídos. Sendo assim, possibilita a composição do desenvolvimento socioeconômico e educacional a todos os integrantes envolvidos.

As comunidades carentes são fortes cenários para o dinamismo das ações de incubação, devido a suas características históricas e à valorização do seu perfil. Outrossim, espaços como estes possuem famílias expostas à violência, a vícios, a fragilidades, a baixos níveis de renda e educação, por isso, são valiosas esferas para haver a propagação e a construção de ações voltadas para o interesse mútuo e a geração de medidas que visem amenizar tais vulnerabilidades. Além disso, as comunidades nos períodos de Incubação com as práticas solidárias fomentam características de articulações próprias, que promovem manifestações da construção de seus laços de empatia e solidariedade, o que permite uma disseminação da autonomia do grupo, devido aos seus aspectos ambientais e culturais da própria comunidade (PIRES, 2017). Ao pensar em negócios no contexto social, é possível gerar uma diversidade de opções a ser ofertada para o público, e o processo de incubação é capaz de determinar quais ideias são capazes de atender o mercado (O'REILLY; BINNS, 2019).

É válido ressaltar que as articulações por ensino, pesquisa e extensão são atividades que possuem caráter de valor construtivo, de medidas e ações provenientes de financiamentos, possibilitando subsídios, de modo a ser viável a implementação e a execução das práticas de pesquisa e extensão por parte das universidades. Por meio dos EES, são construídos vínculos com comunidades parceiras e agentes sociais, possibilitando uma maior articulação, estruturando,

desse modo, práticas de cunho social, a fim de prestar suporte às famílias das comunidades. Além disso, possibilita o desenvolvimento local, por meio de projetos elaborados pelas instituições de ensino. O processo de incubação pode se dividir em três subfases: a primeira, por sua vez, é a fase de pré-incubação, voltada ao primeiro contato com a comunidade e o estudo da área; por seguinte, apresenta-se a fase de incubação, com ações práticas e formulação do desenvolvimento humano e econômico; por fim, a de desincubação, quando o empreendimento construído na comunidade está sedimentado, mostrando sinais de independência, e, dessa forma, as instituições de ensino parceiras começam a se desvincular.

Nesse mesmo viés, o processo de incubação possui ligações cronológicas, de acordo com o período em que os EES permanecem vinculados com as instituições, com o objetivo de ajudar e orientá-las, sempre voltados à maneira como as comunidades devem se direcionar ao mercado de trabalho, de maneira autogestionária, fornecendo ferramentas que sempre possibilitem o trabalho de forma coletiva. Além disso, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são pioneiras nesse processo. Nessa perspectiva, os Institutos Federais de todo território nacional, criados pela Lei Federal Nº 11.892 de 2008, possuem, no âmbito de seus objetivos, o desenvolvimento de atividades de extensão, com a perspectiva de desenvolver trabalhos locais e regionais, por meio do empreendedorismo vinculado a associações ou cooperativas, cujo espaços são principais sedes para a estruturação dos EES (HICKENBICK *et al.*, 2016).

Para mais, os EES exploram o uso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A depender das necessidades de cada grupo social, é possível utilizar tais medidas de forma íntegra, a exemplo, a erradicação da fome, erradicação da pobreza, igualdade de gênero, redução das desigualdades, empregos dignos e crescimento econômico. Estes, por sua vez, seriam os principais ODS que permeiam nesses cenários, e, por isso, fica nítida a aplicação sustentável e social que os EES promovem. Além do seu forte impacto e vantagens múltiplas, é possível destacar que os benefícios colhidos são o empoderamento feminino, valorização do saber local, incentivo do fortalecimento cultural da região, redução de ações que promovem impactos negativos no meio ambiente e parcerias sociais (articulação em rede). Desse modo, os impactos positivos são representativos, de maneira direta e indireta.

Metodologia

A fim de subsidiar os objetivos deste estudo, o presente trabalho possui caráter descritivo de natureza exploratória, no que diz respeito à descrição das práticas do projeto de extensão intitulado “Cirandas formativas para o aprimoramento de empreendimento econômico solidário: é hora de sair do casulo”, realizado pelo NEGN da Rede Rizoma do IFPB – *Campus* João Pessoa. Uma pesquisa de natureza exploratória tem ligação direta com descobertas, planejamento e contato mais direto com outras instituições, logo, tem como alvo a apreciação dos objetivos traçados no problema a ser estudado, estipulando e gerando novas hipóteses. No que tange à pesquisa descritiva, esta, por sua vez, diz respeito a estudos que se voltem a descrever fenômenos e que se aprofundem em grupos sociais, a fim de que os estudos sejam mais próximos e detalhados (GIL, 2002).

De acordo com a NT n° 003 – PROEXC/IFPB (2017), a Rede Rizoma (RR) é composta pelos Núcleos de Extensão e é entendida como uma rede sem início nem fim e com relações entre a academia e a sociedade, cujos pontos (nós) e linhas (as relações) podem e devem ser conectados a quaisquer outros por momentos pontuais (específicos) ou contínuos. A força desta rede singular está na integração e na articulação das atividades de extensão e no seu diálogo permanente com as multiplicidades desses trabalhos, sejam elas sociais, regionais, culturais, étnicas, econômicas, ambientais, tecnológicas, dentre outras forças comunicantes que compõem a realidade escolar.

A prática extensionista foi desenvolvida na comunidade Ilha do Bispo, localizada na cidade de João Pessoa, Paraíba, e circundada pelos rios Paraíba e da Pacota, tendo, dessa forma, sua maior extensão em áreas ribeirinhas. De acordo com o IBGE (2010), essa comunidade possui uma população de aproximadamente de 7.986 habitantes em 2.242 domicílios, dos quais mais da metade das habitações do bairro encontra-se abaixo da linha da pobreza. Segundo dados do Centro de Referências Social – CRAS da Ilha do Bispo, no atendimento do ano de 2018, aumentou em 38% o número de mulheres responsáveis por suas famílias, em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Este trabalho foi executado entre o período de setembro de 2020 a janeiro de 2021 em formato *home office* ou seguindo as medidas preventivas indicadas pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Pandemia ocasionada pela COVID-19. Por intermédio dos parceiros sociais da Associação de Recreativa Cultural e Artística (ARCA), associação presente na comunidade, era feita a “ponte” entre os membros do NEGN e os habitantes da comunidade.

Para a concretização dos objetivos traçados pelo NEGN, foram realizadas diversas ações: encontros síncronos, grupos em redes sociais, formulários eletrônicos e vídeos, promovendo-se, por meio delas, a troca de informações entre os realizadores do projeto e a comunidade.

O presente trabalho contou com a presença de uma equipe formada por dois docentes, do departamento do curso superior de Administração da UAG – Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios do IFPB, parceiros sociais, discentes do curso superior de Administração e voluntários. Por meio de ações extensionistas, foram colocadas em prática atividades de natureza solidária, de acordo com os princípios da Economia Solidária. A partir da parceria com a ARCA, promoveu-se a disseminação de saberes e formação empreendedora na comunidade.

De acordo com Costa, Oliveira e Melo Neto (2006), o percurso de realização de empreendimentos em cooperação, por meio de incubadoras de empreendimentos solidários e populares, assenta-se em uma metodologia (filosofia) direcionada para outro projeto de sociedade com suas características diferenciadoras. Assim, segundo esses autores, experiências várias nesse campo vêm mostrando três importantes momentos. Momentos constituídos de vários movimentos, como expressão de sínteses dos condicionantes práticos e teóricos de grupos de incubadoras e de grupos em processos organizativos para produção.

A metodologia adotada, neste estudo, para o assessoramento, também denominado de processo de incubação dos EES, foi constituída em três etapas: a pré-incubação, a incubação e a desincubação. A fase da pré-incubação é marcada por um movimento inicial para estudo da área e das pessoas de uma determinada região, a fim de visualizar os potenciais e oportunidades

existentes nesses espaços. Logo, esta primeira etapa deu-se por meio dos primeiros contatos com os indivíduos da comunidade, com o movimento de aglutinação de um grupo para voltar-se à ocupação de renda.

A segunda fase (incubação) marcou a estruturação de um grupo de costura, com costureiros que já existiam na comunidade, mas que se encontravam trabalhando individualmente. A partir da consolidação do grupo de costura, foram realizadas formações humanas e técnicas com profissionais capacitados da própria comunidade, valorizando, dessa forma, o saber local da Ilha do Bispo. As duas formações foram realizadas na ARCA, espaço que foi sede para os encontros do grupo durante todo o processo de aprendizagem.

Além disso, o projeto de extensão contou com o apoio financeiro, por parte do Programa de Apoio Institucional à Prestação de Serviço da Pró-Reitora de Extensão e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, que tem por finalidade fortalecer ações de extensão para subsidiar suas atividades. Esse recurso foi destinado para: a) manutenção de máquinas de costura antigas, que apresentavam problemas técnicos, e, conseqüentemente, estavam paradas; b) a aquisição de material de consumo, insumos para fabricação e criação de roupa, máscaras e trajes para aprendizagem durante a formação técnica; c) o financiamento das duas formações (humana e técnica), possibilitando a consolidação do grupo de costura e sua preparação e formação na área.

Por fim, na última etapa da metodologia adotada nesse projeto, a fase de desincubação, o grupo de costura da Ilha do Bispo encontrou-se com os primeiros sinais de autonomia, com o seu grupo de costura formado e estruturado, possuindo condições ideais para seguir com suas atividades e projeções de parcerias futuras dentro da própria comunidade.

Resultados e discussões

A ARCA é uma instituição localizada na Ilha do Bispo, comunidade periférica de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, sendo vista como uma das comunidades mais perigosas da cidade. Essa associação contribui para o desenvolvimento de milhares de crianças, adolescentes e jovens com atividades de arte, cultura, cidadania, esporte e lazer, com o propósito de alterar a imagem marginalizada que a população tem do local onde está situada.

Diante das características apresentadas pela ARCA, o NEGN a selecionou para cumprir o objetivo de promover a consolidação de um empreendimento econômico solidário formado por costureiros da comunidade da Ilha do Bispo, por meio de atividade de extensão (prestação de serviços), com o uso da metodologia de incubação. De acordo com Pires (2017), as comunidades carentes são cenários interessantes para a disseminação das ações de incubação, devido a suas características históricas e por possuírem famílias expostas à violência, a vícios, a fragilidades, a baixos níveis de renda e educação.

Dessa forma, a ARCA perpassou três atividades que envolvem a incubação: pré-incubação, incubação e desincubação. A pré-incubação é voltada ao primeiro contato com a comunidade e o estudo da área. Esse primeiro contato com os membros da comunidade foi feito

com o apoio de um dos representantes da ARCA, visto que ele conhece boa parte dos indivíduos que convivem na Ilha do Bispo e compreende quais seriam as principais necessidades da região.

Após realizar o primeiro contato com a comunidade e, assim, vivenciar características da área, foi feito um processo seletivo para decidir quais seriam os membros da equipe de costura que iriam exercer atividades no EES. Esse processo seletivo contou com uma entrevista feita entre o representante da área e os candidatos ao grupo de costura. Logo, é pertinente destacar que tais ações vão ao encontro com a perspectiva de Hickenbick *et al.* (2016), pelo qual frisam a importância de espaços pioneiros e favoráveis para iniciação e construção das práticas solidárias.

Em continuidade, o intuito dessa entrevista foi verificar se os candidatos tinham o perfil desejado para ingressar em um EES. Dessa forma, as pessoas deveriam apresentar características como: espírito de equipe, colaboração, solidariedade, senso de união e algum conhecimento prévio sobre costura. É válido ressaltar que esses empreendimentos possuem engajamento por causas específicas, como o combate à pobreza, desigualdades de gênero, defesa de povos e comunidades tradicionais e o desenvolvimento local (GAIGER *et al.*, 2018), e, por isso, a avaliação das características individuais é uma ação de extrema importância para o sucesso do empreendimento.

Como resultado das entrevistas, foram selecionados cinco indivíduos para atuar na equipe de costura. Enfatiza-se que esses atores sociais selecionados trabalhavam com a costura, mas de forma individual, e, assim, as atividades antes exercidas individualmente passaram a ser realizadas coletivamente. As práticas desempenhadas por essa equipe representam forte impacto em sociedades carentes e vulneráveis, possibilitando a construção de alternativas emancipatórias (GAIGER *et al.*, 2018). Após todo cuidado para que o processo de pré-incubação fosse efetuado de maneira satisfatória, o segundo procedimento da incubação foi iniciado.

A fase de incubação considera ações de cunho prático e formulação do desenvolvimento humano e econômico. O primeiro momento foi norteado pela criação de um plano de negócio com características sustentáveis locais e culturais. Por meio desse plano, a equipe de costura passou a ter o norteamento do ramo da costura, de produtos e serviços ofertados, de quem seriam os clientes, os concorrentes e os fornecedores, e de outros pontos pertinentes para a ideia e gestão do negócio. Além disso, a formalização e construção do grupo, sedimentou a consolidação das atividades de caráter justo, solidário e humanístico e promoveu a valorização do saber local e troca de saberes, reforçando o ideal impulsionado (PIRES, 2017).

Cabe salientar que um EES segue o princípio da autogestão, ou seja, pela busca de distribuir principalmente a autoridade, possibilitando uma maior participação dos integrantes envolvidos e promovendo uma maior autonomia e atuação. Por isso, a prática da autogestão deve se dar por meio de relações sociais coletivistas de produção, em que os atores sociais, além de trabalhar na produção da costura, serão responsáveis por todas as áreas do negócio (FARIA, 2017).

Depois da realização do plano de negócio, os membros do NEGN, representantes da ARCA e integrantes do grupo de costura, reuniram-se remotamente, por conta da pandemia da COVID-19, para deliberar sobre o próximo passo: a realização das capacitações. E, para isso, eles

precisavam responder a questões como: Quais capacitações? Por que essas capacitações? O que eu vou aprender com essas capacitações? Como as capacitações ocorrerão? Quem vai ministrar essas capacitações? E com quais recursos (financeiros, tecnológicos, humanos etc.)?

Após responder a esses questionamentos, os presentes na reunião decidiram dividir as formações em três eixos: formação humana, empreendedor e técnico. O eixo da formação humana foi o responsável de formar os membros da equipe por meio de assuntos como ética profissional, cidadania e economia solidária, preparando o indivíduo para compreender o seu papel no mundo e no ambiente dos EES. A formação humana ocorreu entre os dias 23/11/2020 e 27/11/2020.

As capacitações do eixo empreendedor ocorreram entre os dias 30/11/2020 e 04/12/2020. Nesse eixo, as formações dividiram-se em: Introdução ao empreendedorismo, noções de produtos e vendas, noções de marketing e mercado, noções de finanças e noções de trabalho em equipe. As formações foram efetuadas de forma assíncrona, e os discentes e parceiros sociais do projeto gravaram vídeos com cerca de dois minutos cada, para explicar cada temática de gestão, como também foram enviados exercícios de fixação via *Google Forms* para verificar o aproveitamento do conteúdo pela equipe empreendedora. Esse momento do projeto possibilitou um maior contato com o grupo de costura, por meio da mídia WhatsApp, pelo qual foi possível discutir dúvidas, sugestões e análises sobre as experiências durante a formação.

Por último, o eixo técnico foi responsável por prestar formação sobre as principais operações práticas de corte e costura, dispondo do conhecimento de que os membros precisavam para desempenhar suas funções diárias no processo produtivo. Essa formação ocorreu entre os dias 07/12/2020 e 18/12/2020.

Além das formações, a equipe de costura ainda recebeu apoio de todos os envolvidos no projeto quando necessário: ARCA, docentes, discentes e parceiros sociais do projeto. Na última etapa da incubação, denominada desincubação, o grupo de costura da Ilha do Bispo encontrou-se em sinais iniciais de autonomia, com o seu grupo de costura formado e estruturado, possuindo condições favoráveis para seguir as atividades sem acompanhamento dos envolvidos da incubação e seguindo os princípios estabelecidos pela economia solidária. Com isso, o grupo de costura encontrava-se no cenário abordado por Webering *et al.* (2019), ou seja, em um ambiente no qual os indivíduos estavam com nível de formação técnica e humana mais aprofundado e amadurecido, bem como, com a execução prática de atividades produtivas eficientes, em que naquele momento promoveu-se uma geração de valor econômica e social.

Para mais, o projeto arcou com a manutenção de máquinas de costura antigas, que apresentavam problemas técnicos, e, conseqüentemente, estavam paradas e com a aquisição de material de consumo, insumos para fabricação e criação de roupa, máscaras e trajes para a aprendizagem. Dessa forma, os membros do grupo de costura conseguiram apoio financeiro para solidificar seus recursos tangíveis, fortalecendo a importância dos projetos de extensão universitária, como meio de subsidiar recursos para consolidação desses empreendimentos.

Por fim, é possível elencar como alcance e concretude desta proposta: (a) formação da equipe envolvida no projeto em economia solidária; (b) consolidação, por meio da prestação

de serviços, a um empreendimento econômico solidário; (c) ampliação e fortalecimento de alternativas econômicas para os participantes do EES de forma organizada, solidária, integrada, ambiental e sustentável, permitindo-lhes permanecer e constituir-se em lideranças com qualificação que revitalizem a vida econômica, política, social e cultural nos territórios; (d) fortalecimento institucional da cultura local e relações de parcerias sociais (articulação em rede); (e) mudança no nível de participação popular no controle e proposição de políticas públicas de combate à pobreza e aos seus efeitos. Dessa forma, o projeto contemplou de forma efetiva os princípios da Economia Solidária, do mesmo modo que, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Considerações finais

Apesar das dificuldades vivenciadas pelos indivíduos envolvidos na economia solidária, esse tipo de economia continua se expandindo e sendo significativo, diante de seus impactos e benefícios na área de geração de postos de trabalho, de renda e de fomentação do desenvolvimento local. Ao pensar nos conceitos da economia solidária, é imprescindível analisar como o Brasil e o mundo sofrem com desigualdades, seja ela social ou de renda. Com tanto desequilíbrio, problemas sociais envolvendo a pobreza afetam inúmeras pessoas no Brasil e no mundo, pois uma considerável parcela da população não possui meios de obter uma renda suficiente para viver de maneira digna.

O presente trabalho buscou promover a consolidação de um empreendimento econômico solidário formado por habitantes do bairro Ilha do Bispo, na cidade de João Pessoa, Paraíba, por meio de atividade de extensão (prestação de serviços) baseada em uma formação econômica, política e cultural com o uso da metodologia de incubação. Foi possível entender que a atuação do Núcleo de Estudos em Gestão e Negócios junto ao processo educativo vivenciado pelo Empreendimento Econômico Solidário foi um fator primordial, principalmente pelo know-how que o núcleo possui, ou seja, uma competência essencial quanto ao processo de incubação.

De forma particular, a prática extensionista pautada neste estudo contribuiu na elaboração de projetos para apoiar as iniciativas que promovam a geração de renda e a manutenção de postos de trabalho, que gerem políticas públicas em economia solidária. Face ao exposto, é possível concluir que, a partir desta prática extensionista, foi implantada a iniciativa de incubação de empreendimentos solidários que pretendeu acompanhar sistematicamente todo o processo de desenvolvimento do empreendimento estudado.

Cabe frisar que parece nítida e concreta a contribuição formativa na trajetória educativa do Empreendimento Econômico Solidário abordado neste estudo. Tal sensibilidade pedagógica prima pelo reconhecimento e a valorização do conjunto de conhecimentos historicamente construídos pelos trabalhadores na organização de iniciativas econômicas fundamentadas na autogestão, na cooperação e na solidariedade.

Aprendizados podem ser encontrados por meio da concretização deste trabalho, e um deles é que os EES possuem maiores condições que os levam para o êxito, quando são

desenvolvidos em locais onde existe um laço social, relações fraternas e de confiança. Outro meio para que isso aconteça é a parceria entre instituições de ensino e a comunidade, somando forças e trabalhando conjuntamente, fomentando a solidariedade em suas atividades.

Destaca-se que, ao mesmo tempo em que o suporte oferecido pela instituição de ensino é voltado para a comunidade, ele amplia os horizontes de trabalho dos agentes envolvidos e constituem um grupo mais capacitado para o enfrentamento dos padrões de aprendizagem, relacionamento, produção, assessoramento e comercialização. Por fim, foi possível denotar que a incubação, por meio de práticas extensionistas, pode apoiar a implantação e a manutenção de um EES. Dessa forma, sugere-se o uso da incubação para promover e manter novos EES, com os objetivos de gerar renda, de promover uma sociedade mais justa e equitativa e de utilizar de práticas sustentáveis, considerando princípios de solidariedade, democracia e cooperação.

Referências

- ANDRADE, Claudia Cristina; PASIN, Luiz Eugênio Veneziani; OTTOBONI, Celia; MINEIRO, Andréa Aparecida Costa. Análise do capital institucional na incubadora de empresas de base tecnológica: um estudo de caso no município de Itajubá - MG. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 7, n. 1, p. 58-70, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v7i1.218>.
- BELL, Myrtle P.; LEOPOLD, Joy; BERRY, Daphne; HALL, Alison V. Diversity, Discrimination, and Persistent Inequality: hope for the future through the solidarity economy movement. *Journal Of Social Issues*, v. 74, n. 2, p. 224-243, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/josi.12266>.
- BORZAGA, Carlo; SALVATORI, Gianluca; BODINI, Riccardo. Social and Solidarity Economy and the Future of Work. *Journal of Entrepreneurship and Innovation in Emerging Economies*, v. 5, n. 1, p. 37-57, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/2393957518815300>.
- BRASIL. Sandro Pereira Silva. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rio de Janeiro, p. 13-15, jan. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8255>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília - DF: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.
- COSTA, Francisco Xavier Pereira; OLIVEIRA, Iolanda Carvalho de; MELO NETO, José Francisco de. **Incubação de Empreendimento Solidário Popular: fragmentos teóricos**. João Pessoa: UFPB, 2006.
- FARIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos Ebape.Br**, v. 15, n. 3, p. 629-650, 2017.

GAIGER, Luiz Inácio *et al.* O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: por uma abordagem gradualista. **Dados**, v. 61, n. 1, p. 137-150, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582018149>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível

HICKENBICK, Claudia *et al.* Apoio institucional para incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários: proposta metodológica com base na experiência do IFSC. **Otra Economía**, v. 10, n. 19, p. 2-3, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.4013/otra.2016.1019.01>.

IFPB. Pro-Reitoria de Extensão e Cultura. **Nota Técnica nº 003** - PROEXC/IFPB, de 11 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os Núcleos de Extensão e Rede Rizoma do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/principais-normas-e-legislacoes/nota-tecnica-no-03-2017-proexc/nota-tecnica-no-003-2017-nucleos-de-extensao-nerr-2.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 22. nov. 2020.

LEE, S. Role of social and solidarity economy in localizing the sustainable development goals. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, v. 27, n. 1, p. 65-71, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13504509.2019.1670274>.

LOSE, Thobekani; YAKOBI, Khulekani; KWAHENE, Francis. A grounded theory analysis for remodelling business incubation in the context of the Covid-19 pandemic. *Academy of Entrepreneurship Journal*, v. 26, n. 4, p. 1-11, 2020.

MORIN, Edgar. **Método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulinas, 1999.

O'REILLY, Charles; BINNS, Andrew J. M. The Three Stages of Disruptive Innovation: idea generation, incubation, and scaling. *California Management Review*, v. 61, n. 3, p. 49-71, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0008125619841878>.

PIRES, Sanyo Drummond. Empreendimento, comunidade e território: três objetos de incubação em economia solidária. **Realização**, v. 4, n. 8, p. 10-12, 2017. DOI: <https://doi.org/10.30612/re-ufgd.v4i8.6883>.

SOUZA, André Ricardo de; AUGUSTO JÚNIOR, Fausto. A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. **P2P e Inovação**, v. 7, p. 8-20, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.21721/p2p.2020v7n1.p8-25>.

TAUILE, José Ricardo.; DEBACO, Eduardo Scotti. **Autogestão no Brasil: A Viabilidade Econômica de Empresas Geridas por Trabalhadores**. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 01 mar. 2007.

TIRIBA, Lia Vargas. **Autogestão e chão de fábrica**: um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington. Niterói: UFF, 2001.

TRIVINO, Otto Leonel Guerra; CASTILLO, Damarys Hernandez; IBARRA, Carlos Gabriel Trivino. Creator of companies: A way for enterprising in the universities. **Universidad y Sociedad**, Cienfuegos, v. 7, n. 1, p. 110-114, 2015.

VERONESE, Marília Verissimo; GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane Vieira. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. **Caderno CRH**, v. 30, n. 79, p. 89-104, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792017000100006>.

WEBERING, Susana Iglesias *et al.* Economia social, *non-profit* sector, terceiro setor ou economia solidária: sentidos, diferenças e similaridades. **P2P e Inovação**, v. 5, n. 2, p. 62-82, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.21721/p2p.2019v5n2.p62-82>.